

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Faltou interesse na licitação de rodovias

ESTADO Concorrência de concessão de estradas goianas, que estava prevista para o último dia 12, acabou não acontecendo mais uma vez; empresas consideram contrapartidas muito altas

Lucia Monteiro
lucia.monteiro@opopular.com.br

A licitação de sete rodovias goianas, que estava marcada para o último dia 12 de setembro, acabou não acontecendo por falta de interessados. Ao invés da licitação, a Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas (Agetop) se reuniu com empresas do setor para esclarecer alguns questionamentos e ouvir sugestões de alterações no projeto. É que os empresários consideraram o investimento muito elevado diante da perspectiva de retorno com os pedágios.

Segundo o edital de concessão

dos questionamentos feitos pelas empresas", informa o presidente licenciado da Agetop, Jayme Rincón. Segundo ele, as empresas consideraram o investimento elevado num curto prazo, principalmente para duplicação de rodovias que não teriam a necessidade técnica de serem duplicadas, e também consideraram a quantidade de serviços exigidos muito alta.

Por isso, todos os possíveis interessados foram procurados e foi feito um "dia de esclarecimento", por meio de um chamamento no site da Agetop, que

ESCLARECIMENTO

contou com a presença de técnicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que está à frente do processo de licitação. De acordo com Rincón, as empresas questionam a necessidade de duplicar algumas rodovias, que não teriam um tráfego suficiente que justifique o investimento. Das sete rodovias estaduais que estão no edital de concessão, três já estão totalmente duplicadas e outras três já recebem pista dupla em pelo menos uma parte, o que consumiu cerca de R\$ 320 milhões em investimentos do Estado.

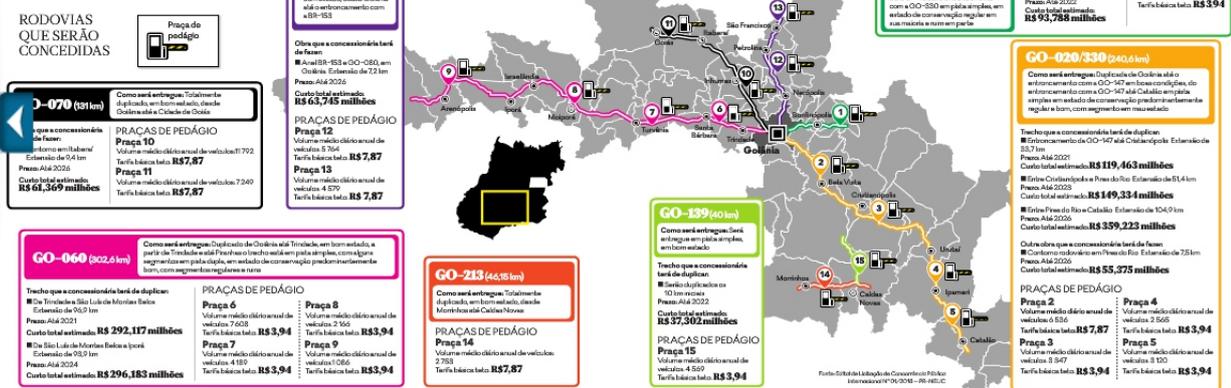
Ao todo, serão 15 novas praças de pedágio previstas nas se-

te GOs, de acordo com o edital divulgado pelo governo estadual, referente a um contrato de 35 anos. Na Assembleia Legislativa, a tramitação do projeto de lei que autoriza a concessão das rodovias gerou diversas polêmicas. Para conseguir aprovação, ocorreram mudanças para que a lei fosse sancionada.

Houve pressão por mudanças no caso da concessão de rodovias em pista simples e sobre as praças de pedágio próximas à capital e Região Metropolitana, além de questionamentos em relação à contrapartida das empresas que viriam a explorar as rodovias, especialmente em rela-

Sem propostas

Empresas não gostaram das regras impostas no edital de licitação. Veja detalhes exigidos no projeto, que prevê a concessão de sete trechos de rodovias estaduais (896 quilômetros)



ção à duplicação e prazos. "O projeto sofreu emendas de deputados que colocaram a exigência da duplicação", destaca Jayme Rincón. Também houve questionamento em relação ao valor do pedágio.

MUDANÇAS

O pagamento para exploração, conforme o edital, será de 10% na assinatura do contrato e o restante em 20 anos ou 240 parcelas. De acordo com Rincón, ainda não há previsão para uma nova data de realização da licitação. A FGV deve analisar os pedidos de alteração para definir que poderia ser mudado para despertar o interesse das empresas sem comprometer a qualidade do processo licitatório e a qualidade na prestação dos serviços. "Para um contrato longo de 35 anos, o mais caro é a manutenção e a prestação de serviços", destaca o presidente licenciado da Agetop.

A FGV é que definirá os parâmetros técnicos para as possíveis alterações no projeto, em função da longevidade do contrato. Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa da instituição informou que a Fundação não fornece informações sobre contratos firmados, pois eles são protegidos por cláusula de confidencialidade.



Rodovia GO-020, duplicada, está entre as que devem ser licitadas

Pedágio das rodovias estaduais pode vir a ser maior que o cobrado em BRs

Se o preço do pedágio não sofrer redução durante o processo de licitação das rodovias goianas, os usuários podem ter de pagar valores até maiores que os cobrados em vias federais que já foram concedidas em Goiás. Nas rodovias federais que passam pelo Estado e que já estão nas mãos de empresas privadas, as tarifas mais altas são de R\$ 7,30 e R\$ 6,80, ambas cobradas pela MGO Rodovias na BR-050. Já o projeto de concessão das sete GOs prevê tarifa de até R\$ 7,87 onde a pista já é dupla e de R\$ 3,94 onde a via ainda é simples. Quando ainda estava na presidência da Agetop, Jayme Rincón disse que a expectativa era de um desconto acima de 15% no valor do pedágio, ficando em cerca de R\$ 6,77. Inicialmente, o governo previa valor aproximado de R\$ 5, de acordo com o projeto elaborado pela FGV e que baseou o edital da concessão. Ele lembrou que o que define o valor do pedágio é a quantidade de veículos que passam pela rodovia. Nas BRs 153 e 060 trafegam mais que o dobro de veículos que passam

diariamente pelas rodovias estaduais. Mesmo assim, o valor máximo está na mesma faixa das federais. Para começar a cobrar a tarifa dos motoristas, a empresa ou consórcio que vencer a licitação não terá de cumprir nenhum percentual mínimo de duplicação. Os primeiros quilômetros duplicados (GO-060 e GO-020/330) terão de ser entregues somente em 2021. O edital prevê a duplicação de 424 quilômetros até 2026. Já o pedágio poderá começar a ser cobrado seis meses após a assinatura do contrato, com a instalação das praças e implantação de serviços obrigatórios para garantir a segurança, manutenção e recuperação das vias. Assim que o contrato for assinado, começa o processo de transferência para o vencedor, iniciando a implantação imediata dos serviços inerentes à manutenção e apoio aos usuários das vias, como bombeiros, guincho e ambulâncias. Podem participar da licitação empresas de dentro e fora do País.

“A licitação estava mais ou menos deserta em função dos questionamentos feitos”

Jayme Rincón, presidente licenciado da Agetop

Marcello Dantas



Funcionários relatam diminuição em refeições de hospital

HUAPA Servidores relatam que quantidade de alimentos foi reduzida. Sindicato da categoria afirma que vai apurar situação. Administração de unidade nega caso

Funcionários do Hospital Estadual de Urgências de Aparecida de Goiânia (Huapa) afirmam que houve uma redução na quantidade de alimentos preparados no refeitório da unidade de saúde. Os colaboradores do hospital contam que na manhã de ontem só tinha café e leite na primeira refeição. E no almoço, a quantidade disponível era menor que a normal. Esta redução, inclusive, tem sido comum há alguns meses, dizem eles.

A reportagem do POPULAR esteve durante a tarde de ontem conversando com os funcionários e acompanhantes que estavam no Huapa. Alguns dos entrevistados afirmam que houve uma redução recente na alimentação dos colaboradores. O médico ortopedista, Nalvo Nascimento, de 54 anos, relata uma diminuição na quantidade de alimentos que são consumidos pelos colaboradores no refeitório da unidade hospitalar. "Sempre havia mais opções de proteína. Tinha alternativas para os vegetarianos e ao menos duas opções de carnes". Ele não sabe datar ao certo, mas afirma que, de algumas semanas para cá a alimentação teve esta diminuição na quantidade. "Era uma alimentação muito boa". Ele, inclusive, diz que na manhã de ontem já havia uma restrição nas opções. "No café da manhã de hoje (ontem) só teve café e leite".

Outros funcionários, que não quiseram se identificar, também fizeram relatos semelhantes ao do médico. "Hoje teve somente café e no almoço, já houve uma redução", diz Pedro (*nome fictício*). "Geralmente tem café, pão e manteiga", acrescenta. A funcionária Márcia (*nome fictício*) supõe que a partir de amanhã (hoje) faltará comida. "Amanhã (hoje) já não haverá café da ma-



Trabalhadores dizem que variedade das refeições está mais restrita

“
Sempre havia mais opções de proteína. Tinha alternativas para os vegetarianos e ao menos duas opções de carnes”

Nalvo Nascimento,
médico ortopedista

nhã e nem almoço", comenta.

O Sindicato dos Servidores da Saúde de Goiás (Sindsaúde) considera absurda a possibilidade de suspensão das refeições para os servidores do hospital. "A alimentação em uma unidade de saúde é essencial já que os trabalhadores fazem plantão de 12 horas e não podem deixar a unidade para se alimentar", explica a presidente do sindicato, Flaviana Alves Barbosa.

Segundo o Sindsaúde, a situação de falta de alimentação em uma unidade hospitalar é inadmissível e o sindicato vai cobrar da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e da organização social (OS) responsável pelo Huapa a devida regularização.

O sindicato também ressaltou que os servidores não podem ser penalizados por irregularidades administrativas principalmente quando se trata de uma necessidade básica como a alimentação.

SOLUÇÃO

Um diretor da unidade, que preferiu não se identificar, disse que o cardápio já havia sido normalizado na tarde de ontem. "Está sob controle", resumiu.

Em nota, o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), OS responsável pela gestão do Huapa, esclareceu que está regularizado o serviço de refeições aos colaboradores da unidade. "Não houve e não haverá paralisação e nem redução das refeições", diz na comunicado do Huapa. (Dayrel Godinho é estagiário do Convênio GJC e PUC Goiás)



Governo Estadual

Goiás na Frente já investiu mais de meio milhão de reais em mais de 90% dos municípios do Estado

18/09/2018 18h41 — Por Matheus Monteiro — Edição 2253

221 cidades goianas receberam recursos do governo durante vigência do programa. Veja números



Dados divulgados pela Secretaria de Governo (Segov) nesta semana apontam que o Goiás na Frente já formalizou 369 convênios até o mês setembro. O programa, que destinou recursos para municípios goianos investirem em reestruturação de vias e em obras, beneficiou 221 municípios.

Os investimentos pactuados ultrapassam os R\$ 500 milhões iniciais previstos para o apoio aos municípios, totalizando R\$ 514,88 milhões. As prefeituras estão contratando e executando obras a partir de repasses que somam R\$ 146,77 milhões.

“Nosso compromisso é com a melhoria de vida das pessoas, não importa se ela mora nesse ou naquele município; vivem no nosso estado e aqui devem receber toda a atenção do governo”, afirma o governador José Eliton.

Segundo ele, a parceria do estado com as prefeituras cria um ambiente propício à geração de oportunidades em cada canto do estado. “Queremos um estado forte, que cresça em todas as direções, sem excluir, dando oportunidades a todos”, acentua.

Além dos convênios, que tiveram seus valores iniciais ampliados por meio de emendas parlamentares e aditivos, o Goiás na Frente realiza obras estruturantes nas diferentes regiões, com a ampliação e modernização de rodovias e construção de hospitais e escolas nos municípios.

Cotas Parlamentares

Emendas parlamentares também foram direcionadas aos municípios, em comum acordo entre o Executivo e o Legislativo, para complementarem os investimentos em projetos integrantes do Goiás na Frente. São mais R\$ 11,36 milhões em parcelas pagas e R\$ 13,99 milhões pactuados, perfazendo 76 assinaturas. Com estes números, os convênios pagos chegam a R\$ 157,7 milhões, e os que já foram assinados, um total de 445, somam R\$ 525,88 milhões.

Alguns municípios firmaram convênios com outros órgãos do governo, entre eles, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (Codego), a Secretaria de Desenvolvimento (SED), a Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas (Agetop), a Secretaria de Saúde ou a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, dependendo do objeto a ser pactuado nas diferentes áreas.

O principal objeto dos convênios, cerca de 74%, é relacionado a asfaltamento, restauração e recapeamento de vias, além de compra de máquinas e insumos para as obras. A distribuição dos recursos seguiu critérios definidos pelo governo e que levam em conta indicadores sociais e de desenvolvimento, população e outros. As obras e serviços foram definidos pelas prefeituras.

A liberação das parcelas dos convênios é feita mediante a prestação de contas, que deve ser mensal, de acordo com a Segov. Outra exigência é a contrapartida financeira de 1% do valor do repasse. Durante toda a execução das obras, os engenheiros do governo percorrerão os municípios, fiscalizando as etapas.



Secretaria de Trabalho abre 14 mil vagas em 17 cursos gratuitos de qualificação profissional em Goiás

Podem participar trabalhadores que querem se qualificar ou quem busca se reinserir no mercado; inscrição deve ser feita pela internet.

A Secretaria Estadual do Trabalho de Goiás (SET) abriu inscrições para mais de 14 mil vagas em 17 cursos gratuitos de qualificação profissional. As opções estão divididas entre os eixos de inserção, recolocação e empreendedorismo (veja lista de cursos abaixo). Para participar, o trabalhador deve se inscrever pela internet.

As vagas fazem parte da 2ª fase do Programa Qualifica Goiás (PQG), que é lançado na manhã desta quarta-feira (19) pela secretaria, no Centro Administrativo de Trindade, na Região Metropolitana de Goiânia. Os cursos são realizados à distância em uma plataforma que, de acordo com o órgão, tem o conteúdo planejado e é simples de se operar.

O PQG foi iniciado em março deste ano. Na primeira etapa, foram oferecidos 21 cursos e, ao longo dos 6 meses de operação, já emitiu mais de mil certificados.

Cursos

Conforme informou a SET, os cursos são divididos em três eixos, o de "inserção", que engloba os cursos que dão ao aluno conhecimentos para assumir funções que apresentam boa demanda por contratação; "recolocação", que oferece cursos que chamam atenção do empregador ao analisar o currículo; e empreendedorismo, para fomentar o talento para o próprio negócio.

INSERÇÃO

Assistente administrativo
Atendente de lojas
Operador de caixa
RECOLOCAÇÃO

Assistente de logística
Como falar em público
Comunicação interpessoal
Contabilidade básica
Digitação
Espanhol instrumental
Estoquista
Etiqueta profissional
Libras
Matemática financeira
Negociação
Repositor de mercadorias
Técnicas de memorização
EMPREENDEDORISMO

Abrindo um novo negocio